

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Liliana Soares Ferreira

E-mail:

anaillilferreira@yahoo.com.br

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Submetido: 30/01/2021

Aprovado: 23/02/2021

Publicado: 03/05/2021

 10.20396/rho.v21i00.8664163

e-Location: e021006

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023): FERREIRA, L. S.; CORRÊA, M. B.; ANDRIGHETTO, M. J. Uma análise de teses e dissertações sobre Universidade no Brasil: sentidos, historicidade e contradições. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-23, abr. 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8664163. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8664163>. Acesso em: 3 maio 2021.







Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



UMA ANÁLISE DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE UNIVERSIDADE NO BRASIL: SENTIDOS, HISTORICIDADE E CONTRADIÇÕES

-   **Liliana Soares Ferreira** *
Universidade Federal de Santa Maria
-   **Marcos Britto Corrêa** **
Instituto Federal Rio Grande do Sul
-   **Marcos José Andrighetto** ***
Instituto Federal Farroupilha

RESUMO

O texto sistematiza pesquisa realizada em 45 trabalhos finais da pós-graduação em Educação produzidos em 26 instituições públicas brasileiras, constantes no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A pesquisa objetivou abordar e debater os sentidos de universidade, sua historicidade e seus sentidos sociais. Como fundamento teórico e metodológico escolheu-se a Análise dos Movimentos de Sentidos, elaborada no grupo de pesquisa no qual se trabalha, que orientou a interpretação, análise, compreensão e sistematização dos dados. A pesquisa indicou que a importância central da universidade está em ser capaz de catalisar as demandas sociais brasileiras e assim produzir outros modos de pensar e agir para a produção de conhecimento socialmente referenciado.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. Políticas educacionais. Historicidade. Análise dos movimentos de sentidos.

AN ANALYSIS OF THESES AND DISSERTATIONS ON UNIVERSITY IN BRAZIL: MEANINGS, HISTORICITY AND CONTRADICTIONS

Abstract

The text systematizes research carried out in 45 final postgraduate studies in Education produced in 26 Brazilian public institutions, included in the CAPES Thesis and Dissertations Catalog. The research aimed to approach and debate the meanings of the university, its historicity and its social meanings. As a theoretical and methodological basis, the Analysis of Senses Movements was chosen, elaborated in the research group in which we work, which guided the interpretation, analysis, understanding and systematization of the data. The research indicated that the central importance of the university lies in being able to catalyze Brazilian social demands and thus produce other ways of thinking and acting for the production of socially referenced knowledge.

Keywords: University. Educational policies. Historicity. Analysis of movements of senses.

ANÁLISIS DE TESIS Y DISERTACIONES SOBRE LA UNIVERSIDAD EN BRASIL: SENTIDOS, HISTORICIDAD Y CONTRADICCIONES

Resumen

El texto sistematiza la investigación realizada en 45 estudios finales de posgrado en Educación producidos en 26 instituciones públicas brasileñas, incluidos en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la CAPES. La investigación tuvo como objetivo abordar y debatir los significados de la universidad, su historicidad y sus significados sociales. Como base teórica y metodológica se eligió el Análisis de los Movimientos de los Sentidos, elaborado en el grupo de investigación en el que trabajamos, que orientó la interpretación, análisis, comprensión y sistematización de los datos. La investigación indicó que la importancia central de la universidad radica en ser capaz de catalizar las demandas sociales brasileñas y así producir otras formas de pensar y actuar para la producción de conocimiento socialmente referenciado.

Palabras clave: Universidad. Políticas educativas. Historicidad. Análisis de los movimientos de los sentidos.

INTRODUÇÃO

O artigo aborda a temática “universidade” nos trabalhos finais da Pós-graduação em Educação. Dada a quantidade de programas e de estudantes da área no Brasil, optou-se por trabalhar com uma amostra, conforme descrito na seção sobre metodologia. A temática é fundamental, na medida em que, trabalhando como professores e técnicos administrativos no Ensino Superior, vivencia-se, cotidianamente, as demandas, as características e as possibilidades do ambiente universitário. Em especial, no momento presente, em meio à pandemia causada pelo Covid-19, o ambiente universitário se questiona, se autoavalia: como continuar? Manter-se-á o modelo de universidade vivenciado até agora? Este artigo não objetiva responder a estas questões, mas apresentar argumentos indicativos para que o debate prossiga. Isto porque a situação social causada pela pandemia, associada às perdas contínuas na área da saúde e educação, além da intensa precarização nas demais áreas: segurança, habitação, emprego, como cientistas, nos põem em intenso questionamento.

Tendo em vista a relevância da temática: a universidade brasileira, escolheu-se abordá-la e estudá-la com base na produção acadêmica. A intenção foi resgatar o imaginário de universidade divulgado dentro da própria instituição. Com base nos dados produzidos, debateu-se acerca dos sentidos da universidade.

Com base nesses pressupostos, os argumentos foram organizados de modo a contemplar uma seção sobre os aspectos metodológicos; seções sobre a análise dos dados; e considerações finais, alinhando a discussão até o momento. Pretende-se, com essa organização argumentativa, contribuir para conversar acerca da universidade, apresentando os primeiros movimentos de sentidos descritivos desse espaço e tempo para a produção do conhecimento.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para a produção e estudo dos dados aplicou-se a Análise dos Movimentos de Sentidos (FERREIRA, 2020). Trata-se de fundamento teórico-metodológico desenvolvido pelo Grupo Kairós¹ para ser aplicado, em especial, nas pesquisas em educação.

A AMS alia interpretação, análise, compreensão, objetivando adentrar nos discursos, evidenciando sentidos que se confirmarão ou não, quando cotejados com outros. O ir e vir ao texto, a leitura recorrente, atividade intensa dos leitores/pesquisadores é auxiliada pela elaboração de instrumentos de análise, tais como tabelas, sínteses, esquemas, desenhos, quadros etc. Nestes instrumentos vai-se compondo uma leitura aprofundada, na qual os sentidos se evidenciam como resultados da análise. Parte-se, então, para sínteses, ou seja, agrupamento dos sentidos em suas semelhanças, com o intuito de ir recompondo o texto, agora significado (FERREIRA, 2020, p. 4-5).

A próxima etapa é a da sistematização, em que se escreve sobre as sínteses e argumenta-se mais com maior conhecimento sobre o que foi lido/analísado. Tem-se,

portanto, um rigor científico que serve como base, cuja finalidade consiste em manter a atenção à problematização que originou o estudo (FERREIRA, 2020).

Nesse afã, foram selecionados os trabalhos e, com base na leitura deles, elaboradas tabelas com os sentidos relativos à temática central: universidade e aspectos relativos a esta instituição; à metodologia descrita nesses trabalhos e a elementos constitutivos daqueles textos. Essas tabelas compõem os procedimentos da AMS e não são incluídas na argumentação ora exposta, mas estão na base dessa argumentação. Isto porque, como fundamento teórico-metodológico, a AMS lança mão de técnicas de seleção, cotejamento e análise dos sentidos nos discursos analisados. Uma das mais recorrentes são as tabelas. Entretanto, entre a elaboração de tabelas e a sistematização sob forma de argumentos, há um distanciamento que implica no processo de análise. Assim, as tabelas são apenas o início, importam as decorrências analíticas dos dados e, com base nos sentidos selecionados nas tabelas, compôs-se os argumentos, sempre tendo em mente a temática de pesquisa, qual seja: a abordagem sobre universidade brasileira contemporânea na produção acadêmica analisada.

Importante destacar desde já, que a AMS parte do suposto que todo discurso é uma materialidade e necessita ser analisado em seu contexto de produção, apresentando índices que permitem entender os fenômenos (FERREIRA, 2020). Como tal, é composto por sentidos que se articulam e, mediante leituras, análises, se reescrevem, rearticulam, movimentam, enfim. Nesse movimento, indicam pressupostos, compreensões e permitem interpretações. Esse é o trabalho do analista dos movimentos de sentidos, compreender os sentidos, elaborar interpretações sobre eles, mediado pelo trabalho rigoroso de análise (FERREIRA, 2020).

Pesquisou-se no Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nos casos em que a pesquisa resultou em falta de dados, recorreu-se aos repositórios dos programas de pós-graduação, aplicando o mesmo procedimento como alternativa para a conferência da veracidade dos dados. Os critérios adotados para delimitação dos resultados da pesquisa foram: a) teses e dissertações; b) Programas de Pós-graduação na grande área do conhecimento, na área do conhecimento, na área de avaliação, na área de concentração e com nome Educação; c) instituições públicas federais, instaladas nas capitais dos vinte e seis estados brasileiros e no Distrito Federal, com o intuito de abranger os estudos realizados em âmbito de país; d) produção no período equivalente ao período entre 2017 e 2019.

O índice de busca foi “Universidade”, compreendida como instituição no sistema educacional brasileiro. Como tal, deveria aparecer no título e ser a temática estudada no trabalho. Isto porque há trabalhos nos quais o nome da instituição aparece no título como contexto para algum estudo específico, mas a temática “universidade” não é centralidade na pesquisa. Reside aí a diferença entre temática, categoria e palavras-chaves. A bem do encaminhamento de um texto de tese e dissertação, esperar-se-ia uma relação de inclusão entre esses conceitos. Essa afirmação explica também por que não se considerou os trabalhos, cujos títulos continham a expressão “Ensino Superior”. E não se levou em conta

os Institutos Federais de Educação, pois sua história institucional, apesar de serem equiparados às universidades, atende a características e a políticas educacionais específicas².

Resultaram quarenta e cinco teses e dissertações selecionadas, compondo uma amostra referente a dezesseis universidades. A elaboração da amostra enfrentou dificuldades, quais sejam: a) o acesso aos textos, porque há textos não indexados e há textos sem permissão de acesso; b) a desatualização dos repositórios, em alguns casos, não permitindo acesso aos trabalhos recentes; c) a localização dos repositórios nos *sites* institucionais, por vezes, impossível, dada a dinâmica complexa de montagem dos *sites*; d) a desatualização do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; e) a complexa forma de localização dos trabalhos no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, que exige vários índices de busca e, mesmo assim, nem sempre se encontra o que se busca; f) há programas de pós-graduação que não apresentavam trabalhos finais sobre a temática em estudo; g) em quatro IES (Instituições de Ensino Superior), os repositórios não estavam acessíveis e recebeu-se mensagem de que estariam em manutenção. Ainda assim, a despeito das dificuldades, entendeu-se que se poderia trabalhar com os dados encontrados, como amostra, e que estes, em conjunto, permitiriam a análise.

Organizados em pastas, os trabalhos encontrados foram lidos. Estudou-se sobretudo os capítulos que abordavam centralmente o tema pesquisado. Nesse estudo, buscou-se pelos sentidos de universidade, aspectos argumentativos que caracterizassem a instituição, historicidade, relação entre as temáticas abordadas e o espaço e tempo da universidade.

A seguir, apresentam-se os dados estudados, objetivando uma caracterização da universidade brasileira contemporânea com base nos trabalhos analisados.

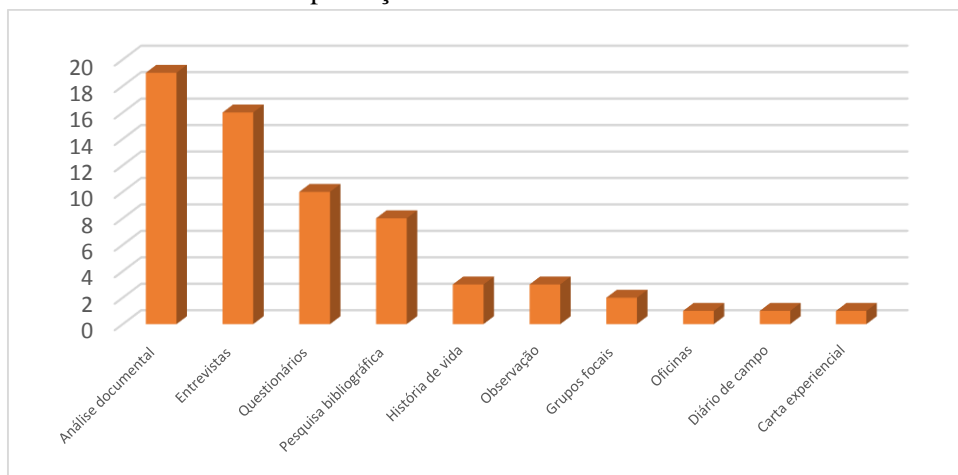
A TEMÁTICA “UNIVERSIDADE”: SENTIDOS NOS TRABALHOS ANALISADOS

A leitura dos trabalhos, em seu conjunto, indicou que o tema “universidade”, a instituição, suas características, não foi objeto de estudo frequente no período analisado. A universidade é abordada em noventa e três por cento dos trabalhos como o contexto, o local onde se poderia visualizar determinado fenômeno. Uma hipótese explicativa para essa evidência é o fato de a universidade ter assumido características que expandiram a possibilidade de compreendê-la como uma única instituição, multiplicando-se em seus sentidos sociais.

Quanto às características, os trabalhos estudados apresentam-se, em sua totalidade, organizados com estrutura tradicional, contendo, com denominações diferenciadas: problematização, objetivos, justificativa, fundamentação teórica, metodologia, análise dos dados. São elementos de uma estrutura tradicional na medida em que, se observados em conjunto, indicam uma sequência de elementos atinentes às orientações metodológicas clássicas da pesquisa em educação.

Em relação à abordagem científica da problematização, trinta por cento dos trabalhos apresentam-se como um estudo qualitativo, explicando o conceito. O Materialismo Histórico Dialético apareceu em quarenta por cento dos trabalhos, como metodologia, ainda que, em apenas um, observou-se o atendimento das características do método em relação às categorias e à abordagem do fenômeno. Estudo de caso apareceu em dez por cento dos trabalhos, como procedimento. O restante não explicou sobre o procedimento de pesquisa adotado. Já, para a produção de dados, observou-se uma polarização maior de técnicas, representada no gráfico abaixo:

Gráfico 01 – Técnicas de produção de dados mais citadas nos trabalhos analisados



Fonte: Organizado pelos autores com base nos trabalhos analisados (2020)

Observadas em conjunto, essas técnicas indicam as escolhas dos pesquisadores para a seleção e análise dos dados. Com isso, pode-se compreender quais caminhos metodológicos são escolhidos na pesquisa sobre temas relacionados à educação.

Por sua vez, a análise dos dados foi o aspecto menos descrito nos trabalhos. Apenas dez por cento descreve a técnica pela qual deu tratamento aos dados, sendo que Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) aparece em sessenta por cento desses trabalhos.

Esses aspectos caracterizam, de modo geral, o corpus de análise da pesquisa, indicando também os limites e possibilidades em se estudar a produção acadêmica com base nos repositórios. A seguir, apresenta-se a pesquisa, descrevendo os dados produzidos e a análise.

DADOS PRODUZIDOS E ANALISADOS: A HISTORICIDADE DA INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA

A universidade brasileira é recente. Apesar dos esforços no período colonial em prol do Ensino Superior, restaram faculdades e cursos isolados, e não a articulação em uma

instituição. Oliven (2002), que se dedicou a estudar sobre a historicidade do Ensino Superior no país, afirma ser essa situação atípica dentro da América Latina (OLIVEN, 2002, p. 24). Isto porque, nos domínios espanhóis, desde o século XVI, havia universidades, em sua maioria, mantidas pela Igreja Católica (OLIVEN, 2002, p. 24). Por sua vez, o Brasil, no período colonial, “[...] não criou instituições de ensino superior em seu território até início do século XIX, ou seja, quase três séculos mais tarde” (OLIVEN, 2002, p. 24). Somente a partir da década de 1930 foram constituídas as universidades brasileiras, públicas, iniciando um projeto de educação superior para os cidadãos.

Para além deste aspecto, escreve Álvaro Vieira Pinto sobre *a questão da universidade*, em 1961, que a instituição no Brasil tinha um caráter específico em meio a posição que o país ocupa no capitalismo mundial. Ou seja, a posição subordinada, sobretudo no âmbito deste ser um importador de tecnologia e exportador de matérias primas, faz com que o país sofra historicamente de uma dependência científica e tecnológica que regula singularmente a função também subordinada da universidade brasileira. Em razão disso, argumenta o autor que a universidade no Brasil “[...] é uma peça de alienação do dispositivo geral de domínio pelo qual a classe dominante exerce o controle social, particularmente no terreno ideológico, sobre a totalidade do país” (VIEIRA PINTO, 1994, p. 19).

A crítica apresentada pelo filósofo brasileiro confirma o aspecto da subordinação e função ideológica, quando, durante as décadas de 1950 e 1960, foram estabelecidas as principais universidades brasileiras. Naquela época, elas se apresentavam como instituições fundamentais para o “tão sonhado desenvolvimento nacional”, nos termos, obviamente, daqueles indicados pelas classes dominantes por via do desenvolvimentismo focado na substituição de importações, traçado pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Universidades laicas e universidades católicas são implementadas, com estratégias políticas inspiradas pelo afã de conduzir o Brasil rumo ao progresso e desenvolvimento, elementos presentes nos discursos governamentais da época (SALEM, 1982). Ao mesmo tempo, elaborava-se uma luta pelo acesso ao Ensino Superior e, considerando-se sua raridade, havia uma diferenciação, no âmbito social, daquele que detinha um diploma universitário.

Em 1961, Álvaro Vieira Pinto apresentou criticamente a necessidade de uma profunda reforma universitária no Brasil, com o intuito de mudar a instituição para servir aos interesses do povo brasileiro e não apenas de suas classes dominantes. Porém, longe da proposta aventada pelo filósofo, em 1968, as universidades brasileiras são submetidas a uma (contra)reforma conservadora, efetivada contra a perspectiva popular do início dos anos 1960. Sendo assim, é 1968, em pleno Estado Civil e Militar no Brasil, que aconteceu a (contra) Reforma³ Universitária, efetivada com a publicação da Lei 5.540 (BRASIL, 1968), cujo texto, influenciado pelas experiências internacionais, sobretudo a estadunidense, favoreceu a expansão do sistema educacional neste nível de ensino nos moldes da política imperialista daquele país.

Se, para Luiz Antônio Cunha (1983), a universidade brasileira nas décadas anteriores a 1960 foi crítica, mesmo em seus limites conservadores, *a universidade reformada* (CUNHA, 1988) pós 1964, então, mostrou-se depurada, sendo-lhe ainda mais extraído de si o caráter crítico às contradições do país. Algo, de certo modo, característico nos anos anteriores ao Golpe. Neste sentido é importante o relato do autor quanto ao processo de transformação do Ensino Superior no Brasil, ocorrido com a (contra)Reforma de 1968:

O processo de transformação do Ensino Superior no Brasil balizou-se pelos padrões vigentes nos EUA [...]. Mostrei também a existência de projetos de reforma universitária, dos quais vale destacar o da Universidade do Brasil e o do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES. Do projeto da UB saiu a diretriz fundamental de bloquear o movimento estudantil pela separação entre a representação discente e os diretórios acadêmicos. Do projeto do IPES saíram as diretrizes da modernização tecnocrática e da privatização, no duplo aspecto de “integração escola-empresa” e de pagamento do ensino nos estabelecimentos oficiais (CUNHA, 1988, p. 39).

Proliferaram as pequenas instituições, tanto sob forma de associações como de fundações. Entre os elementos destacados nessa Lei, estão: a) indissociabilidade entre ensino, pesquisa; as possibilidades de se constituírem autarquias ou fundações; c) a organização interna em departamentos, que estariam na “[...] base da estrutura universitária [...]”; d) órgãos colegiados; e) cursos de duração curta e plena; f) “[...] os períodos letivos convencionais e os especiais; a possibilidade de cobrança de mensalidades; a possibilidade de dirigentes desvinculados do magistério e a extinção da cátedra [...]” (CURY, 2009, p. 65); g) vestibular unificado; h) “[...] regime de créditos e matrícula por disciplinas, todas estas medidas visando uma maior racionalização para as universidades; [...] e) criação da carreira docente aberta e do regime de dedicação exclusiva” (PAULA, 2003, p. 228).

Entre melhorias na estrutura burocrática, como, por exemplo, o fim da cátedra, houve a manutenção, por outro lado, da tecnocracia e da limitada participação democrática dos professores, servidores e estudantes na gestão das instituições. A universidade brasileira ainda hoje sofre com eleições internas sem paridade entre os diferentes sujeitos da instituição, bem como, com a eleição de reitores passíveis de alteração por determinação da Presidência da República. Atualmente, é possível dizer que vivemos a universidade vitoriosa da (contra)reforma de 1968, sendo este um aspecto que ajuda a explicar o fato de noventa e três por cento dos trabalhos analisados, a universidade aparecer apenas como contexto e não com objeto de pesquisa. Tal aspecto, entende-se, denota uma concepção de instituição que foi naturalizada pelos pesquisadores acadêmicos que não conseguem ter a universidade no centro de suas pesquisas, sob crítica, talvez por não visualizar as contradições da instituição na atualidade.

Em meio a esse processo, ainda assim, o ensino e a pesquisa são a razão de ser da Universidade, o trabalho pedagógico⁴ em si, pelo qual os acadêmicos acessam o conhecimento próprio da área a que se dedicam:

O Ensino Superior é mediação intencional e sistemática de uma educação voltada para a qualificação científica e técnica, com vistas à preparação de profissionais dos diversos campos da atividade humana. Espera-se então que ele prepare os cientistas, os técnicos, os especialistas, todos direcionados para atuar no universo da produção material, no âmbito da vida social e na esfera da cultura simbólica, os três grandes espaços em que se dão as práticas fundantes do existir humano. É pela sua prática real que os homens conduzem sua existência histórica, direcionando-a rumo a fins que eles mesmos devem estabelecer a partir de valores que vão balizar suas opções (SEVERINO, 2012, p. 28).

A argumentação acima descreve objetivamente a função central do Ensino Superior. Contudo, é importante situar o fato da “prática real”, reproduzida nos bancos universitários brasileiros, ser concretamente determinada pela função ocupada pelo país no capitalismo mundial. É neste sentido que as palavras de Severino, se não elevadas à relação centro/periferia do processo de desenvolvimento do capitalismo mundial, levam a recair em uma simples abstração da função da universidade na periferia do sistema. Como mencionado anteriormente, em país em que a estrutura econômica está gestada em torno da renda da terra (produção de commodities) voltada à exportação, é a dependência científica e tecnológica que determina a função subalterna da universidade. Isto é, mais voltada à reprodução ideológica, que realmente a produzir ciência e conhecimento com vistas à superação de problemas estruturais do país, aquilo que fundamenta a universidade brasileira.

Os dados informados no Boletim Mensal de Propriedade Industrial, do Instituto Nacional da Propriedade Privada (INPI), no ano de 2019, são um bom recorte para se entender a relação entre dependência científica e tecnológica e a função que o Brasil desempenha no âmbito da produção mundial. Naquele ano, o país teve registrado um total de 7.447 pedidos de patente. (JOREGE, 2019, p. 14). Considerando-se dados de 2017, no sentido de comparar, com uma quantidade de produção menor em âmbito mundial de pedidos de patente, os dois principais países industrializados do mundo: China e EUA, produziram respectivamente naquele ano: 1.38 milhão de pedidos de patentes e outro, 606.956 mil pedidos de patentes. Quem detém a propriedade dos meios de produção e sobretudo, da produção de ciência e tecnologia, determina o movimento geral de reprodução capitalista.

Os aspectos citados acima evidenciam características fundamentais da universidade brasileira em sua relação com a totalidade social em que está inserida, o que, por sua vez, não é enfatizado nos trabalhos pesquisados. Neste sentido, há a abordagem abstrata e, por vezes, não mais que ideal, sobre, por exemplo, a extensão. Sobre o tema, em um dos trabalhos se lê algo sintomático, pois o autor afirma que a extensão: “[...] não deve ocupar lugar de mercadoria que se submete aos interesses do capital, mas sim exercer sua função precípua de elo concreto entre a produção do conhecimento e a sociedade, a quem devem suas demandas atender” (MOTTI, 2019, p. 96). Tal argumento do autor, desvinculado do contexto do modo de produção capitalista, tem uma conotação puramente ideal. No modo de produção capitalista é de se esperar que uma instituição subordinada ao Estado, como a

universidade, exista com base em um fundamento: contribuir na reprodução social deste modo de produção.

Ainda sobre a extensão, é importante ressaltar que ela resultou do Movimento Estudantil⁵, que demandava maior relação entre as universidades para superação dos problemas concretos da sociedade brasileira. Mesmo como fruto da crítica às instituições por parte dos estudantes organizados, com o tempo a extensão foi sendo institucionalizada ao longo dos anos, tornando-se parte integrante do currículo das instituições e, em grande medida, foi perdendo seu caráter centralmente político. Em uma das dissertações analisadas a relação entre comunidade e universidade foi abordada a partir da oferta de um curso pré-vestibular popular, de acesso gratuito. Neste trabalho, a autora da pesquisa afirma: “[...] é justamente na extensão e na produção do conhecimento científico aliado ao conhecimento não científico, popular, que se encontra a relação da universidade com a comunidade/sociedade” (MARTINS, 2017, p. 101).

A abordagem abstrata evidenciada nos estudos segue quando o tema é a pesquisa, que, assim como a extensão, alimenta o ensino. Uma das produções que compuseram a amostra estudada considerou: “A pesquisa em ciência e tecnologia e a universidade pública, no Brasil, estão profunda e organicamente imbricadas” (SILVA, S., 2018, p. 09). Destacou que, desde o nascimento da universidade brasileira, a pesquisa científica e tecnológica, é realizada, em maior parte, na IES públicas, “[...] em estreita relação com os seus programas de pós-graduação, nos Institutos de Pesquisas Federais e Estaduais e nos centros de pesquisas de empresas estatais e de economia mista, a exemplo da Petrobras” (SILVA, S., 2018, p. 09).

Tais pressupostos não são irreais, mas mascaram as reais condições a que está submetida a produção de ciência e tecnologia no país. A despeito do potencial de trabalho, da capacidade e criatividade dos estudantes brasileiros, desde a década de 1980, o Brasil sofre ainda mais com a desindustrialização e, sobretudo, com a reprimarização de sua economia, hoje expresso no bordão, “o agro é tec, o agro é pop, o agro é tudo!”. O que poderia ser destacado nos estudos analisados é a crítica profunda à dependência científica e tecnológica no país. No âmbito, por exemplo, da produção agrícola, o Brasil entra apenas com o solo e a água e a força de trabalho, pois toda a tecnologia utilizada, desde os grãos, os insumos, máquinas e implementos, são, em grande medida, fruto de tecnologia de empresas multinacionais. Neste contexto, a universidade tem sua função limitada a formar engenheiros e técnicos para, apenas, gerir tecnologia pronta e não para criar o novo para as condições reais do país.

O contexto de maior aviltamento da universidade no Brasil é reforçado na década de 1990, seguindo até os dias atuais em modelo que vai privatizando cada vez mais o Ensino Superior (BANDEIRA, 2015). Tal período expressa a reorganização produtiva de capital, fundamentada em sua fração financeira, ou seja, tal mudança apresentou demandas ao Ensino Superior para que se coadune à orientação econômica neoliberal, exigindo instituições adaptadas a uma lógica rentista. Assim, “[...] os mercados, a internacionalização,

a avaliação e acreditação, e diversificação dos formatos de IES (Instituições de Ensino Superior) contribuíram para forjar outras identidades [...]” (LEITE, 2011b, p. 10), cada vez mais a cumprir os ditames do capital financeiro e a reforçar a dependência científica e tecnológica do país. Nesse contexto, a “[...] universidade tradicional sofreu as consequências da imprecisão de valores, objetivos e missão. A hegemonia capitalista assim como afetou diferentes setores da vida, da economia, dos negócios, afetou também os tradicionais modelos de instituições de educação superior (LEITE, 2011a, p. 09). Desde então, as IES passaram a ser creditadas, credenciadas e continuamente avaliadas, compondo-se todo um sistema para tal.

Sem dúvida os processos de acreditação – autorização, reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições – centralizados no Ministério de Educação (MEC) e balizados pelos procedimentos de avaliação compulsória – exames nacionais (Provão) pelo INEP/MEC e avaliação externa da Pós-Graduação pela CAPES, foram os agentes impulsionadores de mudanças e novas identidades. A pressão da produtividade sobre os docentes e pesquisadores, a nota de exame dos estudantes iria diretamente classificar cada profissional em ranking nacional, vinculação de créditos financeiros à pontuação dos programas de pós pela CAPES acrescidas do “poder legisferante” do estado, foram responsáveis por destacar o novo perfil identitário (LEITE, 2011b, p. 11).

Na década iniciada em 2000, os Centros Universitários, um estágio para o qual muitas faculdades evoluíram, contavam com 18% das matrículas do Ensino Superior brasileiro. (PINTO, 2004). Uma explicação para esse crescimento na esfera do ensino privado relaciona-se ao alcance de autonomia para criação de cursos, a não obrigatoriedade de pesquisa institucional que, em conjunto com outros fatores, estabelecem para esse “[...] modelo a melhor relação custo/lucro, pelo menos no curto prazo” (PINTO, 2004, p. 739-740).

Ao longo dessa curta história da Universidade no país, exposta a partir dos critérios surgimento, determinação legal, aderência ao modelo social neoliberal e estabilização do sistema universitário, o acesso e permanência no Ensino Superior, que já era elitizado, demandou ser revisto, para atender às demandas dos cidadãos, possibilitando-lhes estudos na Universidade. Nesse contexto, apresentava-se a universidade como instituição elitista e denotava a necessidade de educação universitária popular. Em um trabalho analisado, há a seguinte reflexão sobre essa luta por educação popular também no âmbito universitário:

O sistema educacional brasileiro fundou-se pela negatividade dos direitos das classes populares à Educação, contexto que se aprofundou com a invisibilidade dos saberes e dos conteúdos da realidade social desses sujeitos, em razão da hegemonia da ciência eurocêntrica. A Educação Popular é uma prática social e educativa protagonizada nas lutas anticolonial, antipatriarcal e anticapitalista (SILVA, M., 2017, p. 09).

Gerou-se a expansão, incremento e democratização do acesso à universidade, com amparo, sobretudo, nas “[...] políticas públicas implementadas pelo Governo Federal, com

maior ênfase no período do governo de Luís Inácio Lula da Silva; o governo Lula (2003 a 2010)” (CARVALHO, 2019, p. 12-13). Nesse período, aconteceu ampliação do acesso, por meio de programas e políticas (citados a seguir) e a abertura de *campi* e de instituições.

Todos esses aspectos são contemplados no Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG (2011-2020). Neste Plano, a Fundação CAPES atribui destaque à pesquisa e à produção do conhecimento, tendo por base, segundo um dos trabalhos analisados: “[...] práticas interdisciplinares, cuja constituição envolva a articulação de múltiplos olhares; tendo em mira a abordagem de problemas e fenômenos complexos que estão a desafiar a ciência moderna” (NOVO, 2017, p. 84). Acadêmicos, professores e demais sujeitos da universidade, tendo por referência projetos pedagógicos e um currículo, dedicam-se então ao alcance desse objetivo.

Como múltiplas vozes sinalizam há décadas, o modelo de universidade pública no Brasil sofre abalos contínuos, seja por pressão de atores sociais que desejariam a cessação da gratuidade no ensino superior, seja pela instabilidade política e econômica e seus efeitos perversos sobre instituições que dependem visceralmente das verbas oficiais, seja, enfim, por ruídos processados no interior do próprio meio acadêmico, com as divisões políticas, a multiplicidade de entidades que pretendem representar os docentes e os demais funcionários das universidades. Um desdobramento das precariedades geradas por reitores tornados especialistas na corda bamba orçamentária é a crescente terceirização da prestação de serviços no ambiente universitário. As universidades federais brasileiras continuam sob pressão dos que hasteiam alto a bandeira do ensino superior privado, com apoio explícito da grande mídia [...] (SANTOS, Maria Estella, 2018b, p. 121).

Nos últimos anos, está em pauta a internacionalização, como “[...] resultado de colaboração acadêmica buscando o avanço da ciência e da educação” (SIEGLER, 2009, p. 48). Mediante acordos, é buscado, entre instituições de diferentes países, “[...] valor universal do conhecimento e da formação e expressa pelas diversas formas de cooperação entre instituições, pesquisadores e estudantes” (SIEGLER, 2009, p. 48).

No final da década anterior, 1990, foi implementada a Universidade Aberta do Brasil, ampliando o acesso ao ensino público universitário. Para as IES “[...] que já ofereciam cursos EaD, a implantação do Sistema UAB propiciou a expansão da oferta e, para as que só ofereciam cursos presenciais, possibilitou-lhes a inserção de tais cursos” (PETTER, 2019, p. 63). Como uma instituição simbiótica, a UAB vive na estrutura das demais universidades. Assim,

[...] pode-se afirmar que a UAB carrega indevidamente a denominação de universidade. No máximo, é mais um programa de educação que se une às 52 IES nos três níveis da federação. Ademais, não possui um corpo de funcionários próprios, nem mesmo infraestrutura adequada e própria para garantir o pleno desenvolvimento da expansão a que se propõe. Seu corpo docente trabalha por intermédio de bolsas concedidas a professores e tutores, que, em muitos casos, nem a qualificação necessária possuem em

termos de titulação e produção acadêmica (MANCEBO; DO VALE; MARTINS, 2015, p. 42).

Como instituição educativa, a universidade integra não somente o sistema educacional brasileiro, mas constitui-se na materialização de sonhos, esperanças e idealização de uma profissão futura. Do mesmo modo, pode se constituir em um tempo “[...] determinante na construção de identidades, na descoberta de particularidades sobre nós e sobre os outros, no aperfeiçoamento de uma arte de existirmos, como sujeitos autênticos e livres e em infinito e constante movimento” (FAVARETTO, 2018, p. 171). Portanto, configura-se em um projeto de sociedade, de ser humano e de vida, enfim. Daí sua importância social para um país, como o Brasil, que tardiamente tem investido em educação universitária.

Seja por via da expansão vista nos anos 2000, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) ou pela via da UAB, aconteceu, de fato, o crescimento da quantidade das instituições de ensino superior no país. Contudo é importante destacar que tal crescimento é correlato da maior desindustrialização que o país já sofreu, pois o “[...] setor que abrange a indústria de plástico, alimentos, bebidas, metalurgia, têxtil, entre outras, representou apenas 11% da atividade econômica [...], em 2019. Em 1970, a participação era de 21,4% [...]” (MENDONÇA, 2020), assim, os estudantes formados nos cursos de Ensino Superior, no Brasil, cada vez mais encontram, após receber seu diploma, o desemprego ou o subemprego como horizonte próximo. Isso é evidente em 2020, quando “[...] pelo menos 29,5% das pessoas que concluíram a graduação há até três anos ainda não conseguiram o primeiro emprego, e os que terminaram o curso há mais tempo e ainda não entraram no mercado de trabalho são 8,8%” (ALBUQUERQUE, 2020).

Sobre a universidade, reitera-se que os dados citados acima implicam na centralidade da reprodução capitalista fundamentada no capital financeiro, o que relegou ao Brasil a função de importador de tecnologia e exportador de *commodities*. Tais importações alimentam a drenagem de capital por via do pagamento de *royalties* às empresas detentoras das tecnologias aqui utilizadas, o que leva as universidades a terem uma função subvalorizada quanto a produção de conhecimento para o desenvolvimento do país.

A INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA E SUAS CONTRADIÇÕES

Para além desse contexto desanimador, a Universidade é ou deveria ser o espaço da diversidade. Nela, encontram-se sujeitos culturalmente diferenciados, mas componentes de um mesmo grupo, o de cidadãos. No resumo de uma tese, após estudo sobre grupo de cidadãos específicos, os indígenas, foi concluído que havia dificuldades em uma universidade pública, que foi o *locus* do estudo, de os acadêmicos indígenas integrarem-se. Nessas situações, foi constatado, além da falta de conhecimento profissional dos professores, “[...] preconceitos sofridos, estigmas e exclusão social da comunidade acadêmica, muitas vezes, preferindo esconder sua condição de indígena para evitar os preconceitos e as

discriminações.” (SANTOS, Maria Santana, 2018a, p. 08). Para a superação de tal estágio de dificuldade, o pesquisador indica mudança curricular, com o objetivo de “[...] articulação dos saberes indígenas e da universidade, sendo necessário, para tanto, a capacitação dos docentes da universidade, a partir de uma aproximação com as comunidades indígenas” (SANTOS, Maria Santana, 2018a, p. 08).

A universidade pública tem nos sujeitos a centralidade de sua razão de existir. Dois tipos de sujeitos, em posições sociais diferenciadas, mas complementares e dependentes, compõem o espaço e tempo universitários: professores e demais profissionais da educação e os estudantes. Esses sujeitos, nos últimos trinta anos, no processo de adaptação da universidade às demandas neoliberais, tiveram acesso a programas implantados pelo governo federal. Trata-se de ações, propostas e alternativas para o acesso e permanência no Ensino Superior, ou seja, são “[...] políticas de ações afirmativas de algumas universidades, que mesmo sendo insuficientes têm contribuído para que muitos estudantes permaneçam no sistema educativo universitário e finalizem com sucesso sua formação” (MONTROYA NANCLARES, 2019, p. 64).

Entre esses Programas e ações, estão:

a) o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) que permite ingressar em uma universidade paga e financiar as mensalidades a serem quitadas após a conclusão do Curso;

b) Programa Universidade para Todos (PROUNI) de grande impacto para os estudantes, garantindo gratuidade parcial ou integral para acadêmicos em instituições particulares, mediante resultando no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Esse Programa, embora beneficie estudantes, é bastante criticado por implicar na compra de vagas em instituições particulares, contribuindo para enfraquecer as públicas;

c) Lei de Cotas (Lei 12.711 de 2012), que garantiu reserva de vagas para acadêmicos indígenas, negros, com necessidades educacionais especiais, no intuito de lhes facilitar o acesso ao Ensino Superior;

d) Lei n.º 13.146, de 2015, pela qual, as Instituições de Ensino necessitaram se adaptar para receber estudantes com deficiência;

e) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que investiu na ampliação da oferta de cursos, aumento de pessoal e renovação da infraestrutura. Analisando o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, em trabalho do qual somente se teve permissão para acessar o resumo, quanto ao Reuni, o programa reestruturou a instituição, expandiu vagas, criou cursos, racionalizou os recursos humanos e a estrutura. E, quanto ao currículo, implementou o regime de ciclos, com três anos, para “[...] um “bacharel generalista [...]” apto a ingressar no mercado de trabalho, complementar sua formação profissional ou realizar uma pós-graduação (formação de 2º e 3º ciclos) (PEREIRA, 2019, p. 08);

f) Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), analisado, em um dos trabalhos, com relação às “[...] suas mediações com o processo de internacionalização da educação superior e a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).” (PONTES, 2018, p. 09). E constatou que tanto o Programa quanto a Política visaram a aproximar melhor a universidade e as empresas, colaborando com setor produtivo. E, das entrevistas com ex-bolsistas, resultou a constatação que “[...] estes não tiveram uma significativa produção acadêmica, isto está associado à falta de planejamento e controle do intercâmbio e também aos baixos níveis de proficiência no idioma estrangeiro” (PONTES, 2018, p. 09).

Nenhum desses programas, que alteraram substancialmente a universidade, ou ações, foi benesse dos governos do Brasil. Todos eles resultaram dos movimentos e lutas sociais, sobretudo daqueles em que os estudantes foram protagonistas, por meio, por exemplo, da União Nacional de Estudantes. Sobre esse movimento, um dos trabalhos estudados afirma ser autoorganizativo, produzindo “[...] olhar crítico para a universidade como espaço de produção e reprodução do patriarcado e do racismo, em especial no ensino e pesquisa. [...] contribuiu para a formação ética, política e humana das estudantes.” (MARCARINI, 2017, p. 07).

Sem dúvidas, as últimas décadas tencionaram possibilitar uma educação pública na Universidade para todos, democratizando o acesso. Contudo, isso não passou de um aceno superficial, de modo que, por exemplo, nunca se mencionou a possibilidade de extinção de processos de seleção para o ensino superior, como vestibulares ou ENEM. Em uma tese sobre esse tema, consta:

Também, a partir do ano de 2008, começamos a detectar números mais elevados de inscrições e classificações de candidatos que tinham frequentado o ensino médio em escolas públicas. [...] nessa etapa tivemos maior número de inscritos e classificados que não frequentaram cursinhos pré-vestibulares. O que evidencia que o alunado da escola pública, que nos últimos anos se inscreveu e classificou mais às vagas universitárias, não frequentou cursinhos preparatórios para os exames de acesso à universidade (SATO, 2018, p. 209).

Argumentos como estes acabam por naturalizar a seleção para o Ensino Superior via exames de admissão, sem indicar criticamente a possibilidade de superação desta prática. O limite desta naturalização já havia sido assinalado por Álvaro Vieira Pinto (1994), pois mascara uma espécie de “genocídio estudantil”, excluindo, desde antes do acesso ao Ensino Superior, a maior parte dos estudantes do país.

Assim, mesmo com políticas educacionais compensatórias, há evasão significativa no Ensino Superior. Tal constatação permitiu a um dos autores, cujo trabalho compôs o *corpus* de análise desta pesquisa, afirmar a necessidade de “[...] rever as ações e propostas implementadas que estão sendo realizadas pela instituição quanto à garantia da permanência do aluno em um curso de graduação” (CARVALHO, 2019, p. 10). No estudo por ele realizado, o foco de maior evasão reside nos dois primeiros anos de frequência ao Ensino

Superior (CARVALHO, 2019, p. 10). Tal situação é analisada como um modo de “[...] inclusão excludente [...]” (KUENZER, 2007, p. 14), a universalização do Ensino Superior, “[...] acompanhada de altas taxas de fracasso acadêmico e abandono, em prejuízo de camadas sociais desfavorecidas na distribuição do capital econômico e cultural, é uma inclusão excludente” (SÁ, 2019, p. 64).

É importante destacar que a evasão na educação formal, especialmente no Ensino Superior, é uma regra no modo de produção capitalista e não uma exceção. Se, por um lado, a qualificação da força de trabalho é fundamental para diminuição do preço pago por ela pelo capitalista, por outro, a existência de um grande contingente de desempregados também rebaixa esse preço e leva os trabalhadores a se submeterem a qualquer forma de trabalho. No caso do Brasil, aqueles 29,5% de formados nos últimos 3 anos, que não encontram emprego em sua área, transformam-se em força de trabalho subutilizada, reforçando o exército de trabalhadores de reserva tanto quanto aqueles que evadiram ao longo dos cursos.

Quanto aos professores e seu trabalho, os processos de intensificação foram estudados, tendo por referência as políticas que alteram e interferem nele. No contexto metabólico do capital (MÉSZÁROS, 2008), as políticas propõem redução de custos, atacando o Ensino Superior público, com base em

[...] uma gestão inspirada no liberalismo de desobrigação do Estado com os serviços sociais entre elas e a educação, bem como as condições de trabalho calcadas na produtividade, eficiência, flexibilidade, precariedade para os professores universitários culminando no aumento de intensidade no trabalho que atinge a prática educativa de qualidade e que atendem aos interesses das camadas populares (OLIVEIRA, 2017, p. 10).

Constituída e voltada aos cidadãos, tem-se a universidade pública de fato e de direito. Nesse sentido, um trabalho estudado aborda “[...] o compromisso institucional da Universidade com o quefazer público e ao encontro da educação social e do bem viver, considerando situações desiguais das vulnerabilidades humanas” (PAIXÃO, 2018, p. 09). E Santos aponta:

À luz destas transformações, podemos concluir que a universidade tem vindo a ser posta perante exigências contrapostas, mas com o efeito convergente de desestabilizarem sua institucionalidade atual. Por um lado, a pressão hiperprivatista da mercantilização do conhecimento, das empresas concebidas como consumidoras, utilizadoras e mesmo coprodutoras do conhecimento científico, uma pressão que visa reduzir a responsabilidade social da universidade à sua capacidade para produzir conhecimento economicamente útil, isto é, comercializável. Por outro lado, uma pressão hiperpublicista social difusa que estilhaça o espaço público restrito da universidade em nome de um espaço público muito mais amplo atravessado por confrontos muito mais heterogêneos e por concepções de responsabilidade social muito mais exigentes (SANTOS, 2011, p. 44-45).

A universidade pública brasileira, organizada por políticas educacionais, muitas vezes, à semelhança de pequenas reformas, tem como alicerce a produtividade e competição acadêmica, aliada à avaliação dos professores, o conhecimento exaltado como mercadoria, excesso de informação e pouca produção do conhecimento, intensificação do trabalho na pós-graduação, desde à contratação até o fato de os “[...] professores tendo que atuar em ensino, pesquisa e extensão sem garantia de recursos e condições inadequadas de trabalho. E a intensidade no trabalho vem a bordo dessa gama de problemas” (OLIVEIRA, 2017, p. 179). Todos esses aspectos juntos, desafiam professores e estudantes a manterem-se alertas e a defenderem a universidade pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos trabalhos, alguns aspectos importantes foram sendo apresentados e tomaram corpo e centralidade contínua entre eles. Em linhas gerais, o que se percebeu foi uma defesa “em abstrato” da universidade, na medida em que se deslocaram determinações concretas do modo de produção capitalista e da posição periférica do Brasil no capitalismo mundial, para elaborações sobre “o que a universidade poderia ou deveria ser”.

A universidade brasileira expandiu-se, ampliou seu alcance, e, por essa razão, assumiu novos contornos e responsabilidades: “[...] precisa contribuir e influir, apontar rumos, sugerir alternativas, elaborar pensamentos, pesquisar situações, projetar resultados e estudar contextos, incentivando e se direcionando para o bem comum” (PAIXÃO, 2018, p. 09). Portanto, é uma instituição eminentemente social, voltada para o social. Por isso, no seu formato de instituição pública, precisa ser protegida e mantida. Contudo, há determinações concretas que fazem da instituição uma importante ferramenta para a reprodução da sociabilidade capitalista que não podem deixar de ser criticados. Em linhas gerais, a universidade não muda e supera suas contradições sem que toda a sociedade mude em conjunto, pois ela não é uma “ilha”, dado sua existência ser expressão da totalidade capitalista.

A análise dos trabalhos reforçou a crença de que o espaço e o tempo universitários são fundamentais para a manutenção da luta política, no Brasil, realizada entre classes sociais diferenciadas. Porém, argumentos que afirmam, por exemplo, que não se pode permitir que a universidade seja “[...] atingida pelas mazelas e pelo processo desumano de intensidade no trabalho [...]” (OLIVEIRA, 2017, p. 179), criam a falsa compreensão que a universidade, por si, pode não ser atingida por tais “mazelas”. Por isso, faz-se necessário apresentar a crítica profunda à universidade que vincule sua urgente necessidade de estar presente nas lutas do conjunto da sociedade brasileira e não limitada a encontrar apenas soluções para suas demandas internas, como por exemplo, buscar apenas alternativas para a sobrecarga de trabalho dos professores, a evasão dos acadêmicos etc. A luta pela universidade pública brasileira deve avançar para além de seus muros e buscar, junto com o

conjunto da sociedade, alternativas para a superação da exploração da maior parte dos brasileiros e não ser refém de argumentos corporativos que a fazem manter-se separada dos trabalhadores do país.

Como isso, reitera-se a certeza de que a universidade pública, imersa no contexto social e político e ligada diretamente às demandas concretas do país, se apresenta como espaço para se iniciar a (re)construção social, movimento dialético entre seres humanos que, ao mesmo tempo, antepõem-se a tudo que macule as lutas sociais historicamente envidadas e legitimam a universidade como conquista social. Juntos, se pode iniciar também no Ensino Superior, o processo de humanização do social, barrando o avanço neoliberal do modo de produção capitalista, que afronta a produção do conhecimento democratizada e de igual condições para todas e todos. Trata-se de resistir e construir, iniciando por apresentar pesquisa, extensão e um trabalho pedagógico “[...] que apontem para a democratização do bem público universitário, ou seja, para o contributo específico da universidade na definição e solução coletivas dos problemas sociais, nacionais e globais” (SANTOS, 2011, p. 62).

Em suma, a importância central da universidade está em ser capaz de catalisar as demandas sociais brasileiras e assim produzir outros modos de pensar e agir para a produção de conhecimento socialmente referenciado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. Desemprego afeta 29,5% de quem se formou há até 3 anos, diz pesquisa. **Agência Brasil**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-03/desemprego-afeta-295-de-quem-se-formou-ha-ate-3-anos-diz-pesquisa>. Acesso em: 19 jan. 2022.

BANDEIRA, L. A. M. **As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos de Collor a Lula, 1990-2004**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. **Lei 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Lei 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Lei 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 15 jan. 2021.

CARVALHO, M. de F. S. de. **Evasão no ensino superior**: uma análise da desistência de alunos dos cursos de graduação no campus sede da Universidade Federal do Acre. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2019.

CUNHA, L. A. **A universidade crítica**: o ensino superior na República Populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

CUNHA, L. A. **A universidade reformada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CURY, C. J. Uma lei de Reforma Universitária e seus itinerários. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 35, p. 59-75, set. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639614/7182>. Acesso em: 18 jan. 2021.

FAVARETTO, F. **Universidade**: a vida é mais uma experiência de transformação potencializada pela UFRGS TV. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FERREIRA, L. S. Discursos em análise na pesquisa em educação: concepções e materialidades. **Revista Brasileira de Educação** [online], v. 25, p. 1-18. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782020000100200. Acesso em 21 jan. 2021.

FERREIRA, L. S. Trabalho pedagógico na escola: do que se fala? **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 591-608, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362018000200591&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 jan. 2021.

JORGE, M. F. *et al.* **Boletim mensal de propriedade industrial**: estatísticas preliminares. Presidência. Rio de Janeiro: INPI, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/estatisticas/arquivos/publicacoes/boletim_dez_2019.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000300024&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 jan. 2021.

LEITE, D. Avaliação, acreditação, rankings e indicadores de qualidade: implicações para a internacionalização das Universidades. *In: SIMPÓSIO PENSAR LA UNIVERSIDAD EM SUS CONTEXTOS*, 5., 2011, Jueves. **Anais [...]**. Jueves, 2011b. p. 1-16.

LEITE, D. Identidades na Universidade Brasileira e os efeitos da globalização. *In: Inovação e avaliação na universidade*. LEITE, D.; BRAGA, A. M. e S. (org.). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011b.

MANCEBO, D.; DO VALE, A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil: 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**. v. 20, n. 60, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MARCARINI, C. T. **As sujeitas políticas e a formação na universidade**: encontro de mulheres estudantes da UNE. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MARTINS, M. E. da S. **Universidade e comunidade**: a experiência do Pré-Vestibular Esperança Popular da Restinga e a formação humana. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MENDONÇA, H. Mola do emprego e do PIB, indústria brasileira não reage e emperra o avanço da economia. **El País**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-03-04/mola-de-emprego-e-do-pib-industria-brasileira-nao-reage-e-emperra-avanco-da-economia.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTOYA NANCLARES, R. D. **Compreendendo a retroalimentação colaborativa de currículo**: a ressonância da experiência discente na qualificação dos processos formativos em universidades públicas do Brasil e da Colômbia. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

MOTTI, A. J. A. **O Programa Escola de Conselhos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS**: um estudo de caso 1997-2015. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019.

NOVO, L. F. Interdisciplinaridade na pesquisa: significações na cultura de uma universidade pública. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

OLIVEIRA, R. A. R. de. **Intensificação do trabalho docente na Universidade Federal de Rondônia**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima, Porto Velho, 2017.

OLIVEN, A. C. “História da educação superior no Brasil. *In*: SOARES, M. S. A. (cord.). **A educação superior no Brasil**. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC, Unesco, Caracas. Porto Alegre, 2002.

PAIXÃO, D. X. O compromisso da universidade com um quefazer público ao encontro da educação social e do bem viver: por uma Pedagogia da Comunicação Universitária! 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PAULA, M. de F. de. USP e URJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. *In*: PAULA, M. de F. de. **Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate**. Florianópolis: Insular, 2003. p. 215-230.

PEREIRA, R. L. de A. **A universidade flexível: reestruturação e expansão do bacharelado em tecnologia da informação na UFRN**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

PETTER, R. C. Percurso e processo de institucionalização da educação a distância na Universidade Federal de Mato Grosso. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

PINTO, J. M. de R. O acesso à educação superior no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, Especial, p. 727-756, out. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302004000300005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 jan. 2021.

PONTES, L. B.. **O Ciência Sem Fronteiras na Universidade Federal Rural da Amazônia: perspectivas entre a internacionalização da Educação Superior e a política de ciência, tecnologia e inovação**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SÁ, T. A. de O. Por que eles se vão? O abandono no ensino superior público pós-expansão do acesso. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

SALEM, T. Do Centro Dom Vital à Universidade Católica. *In*: SCHWARTZMAN, S. (org.). **Universidade e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982.

SANTOS, B. de S. **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, M. S. F. **Da aldeia à universidade - os estudantes indígenas no diálogo de saberes tradicional e científico na UFT**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018a.

SANTOS, M. S. G. **Grande mídia e a construção de uma legitimidade discursiva sobre a universidade brasileira durante a greve de 2015**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018b.

SATO, S. R. de S. **Movimentos de democratização do acesso: análise do perfil dos inscritos e classificados à Universidade Federal de Santa Catarina em perspectiva longitudinal (2001-2015)**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SEVERINO, A. J. Integrar cultura e humanismo: desafio pedagógico da Filosofia no ensino superior. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 46, p. 21-35, out./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n46/n46a03.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SIEGLER, J. M. B. **O processo de internacionalização das instituições de ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal de Uberlândia**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

SILVA, M. do S. P. da. **Educação popular, epistemologia transgressora e ciência decolonial: reinventar o conhecimento e a universidade**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação Professor Mariano Da Silva Neto, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

SILVA, S. M. da. **As políticas de ciência e tecnologia a partir da criação do Ministério de Ciência e Tecnologia: um novo padrão de pesquisa e as implicações para as universidades públicas**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

VIEIRA PINTO, Á. **A questão da universidade**. São Paulo: Cortez, 1994.

AUTORIA:

* Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Contato: anaililferreira@yahoo.com.br

** Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor-substituto no Instituto Federal Rio Grande do Sul/Osorio (IFRS). Contato: marcoscorrea.filosofia@gmail.com

*** Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Assistente em Administração do Instituto Federal Farroupilha (IFFAR). Contato: marcos.andrighetto@iffarroupilha.edu.br

COMO CITAR ABNT:

FERREIRA, L. S.; CORRÊA, M. B.; ANDRIGHETTO, M. J. Uma análise de teses e dissertações sobre Universidade no Brasil: sentidos, historicidade e contradições. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-23, abr. 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8664163. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8664163>. Acesso em: 3 maio 2021.

Notas

- ¹ Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que, a mais de onze anos, se dedica a estudar categorias como educação e trabalho e, especialmente, trabalho pedagógico. Para tanto, desenvolve técnicas que visam à produção e análise de dados na pesquisa em educação, tendo a dialética como referência teórica.
- ² Apesar de serem desenvolvidos cursos superiores no âmbito dos Institutos Federais, aos moldes do que acontece nas universidades, e da Lei de criação daquelas instituições equipará-las (BRASIL, 2008, art. 2º, § 1º), existe uma distinção fundamental no que se refere aos objetivos e finalidades. O Artigo 8º de referida Lei, estabelece que, os IFs devem garantir o mínimo de 50% das vagas para “[...] educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (BRASIL, 2008, Art. 7º, I). Além disso, outro mínimo de 20% das vagas para cursos de licenciaturas (BRASIL, 2008, Art. 7º, VI, b).
- ³ Aplicamos o termo “contra”, por acreditar não ter acontecido a reforma popular da universidade no Brasil, antes do golpe de 1964. É neste sentido, que a “reforma” produzida em 1968 foi o resultado alcançado pelas classes dominantes do país que adequaram a instituição às suas demandas, contrariamente às demandas populares do início daquela década.
- ⁴ Entende-se trabalho pedagógico do seguinte modo: “[...] o trabalho dos professores, ao selecionar, organizar, planejar, realizar, avaliar continuamente, acompanhar, produzir conhecimento e estabelecer interações, só possa ser entendido como trabalho pedagógico, imerso em um contexto capitalista, no qual a força de trabalho dos professores é organizada pelas relações de emprego e no qual os sujeitos agem em condições sociais, políticas. Entretanto, ainda que esteja imerso nas relações capitalistas, o trabalho pedagógico, por suas características, apresenta possibilidades de o sujeito trabalhador ir além, projetar-se no seu trabalho de modo a confundir-se e movimentar-se humanamente com ele, uma vez que uma matéria-prima é a linguagem.” (FERREIRA, 2018, p. 605).
- ⁵ Por “movimento estudantil” se entende as formas de organização políticas dos estudantes, que vão desde centros e diretórios acadêmicos, até a União Nacional do Estudantes (UNE) e a Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPG).